

Quinta-feira, 21 de Junho de 2007 - Estrasburgo

Direitos do Homem na Etiópia

Ana Maria Gomes (PSE), autora . - (EN) Senhora Presidente, chefieei a missão de observação eleitoral da UE na Etiópia em 2005. Na altura, os dirigentes da oposição alertaram a UE para o facto de que as eleições seriam mais uma burla architectada pelo Primeiro-Ministro Meles Zenawi para enganar a comunidade internacional e que todos eles acabariam por ser presos ou assassinados. Nós, União Europeia, persuadimo-los a não boicotar as eleições e prometemos que nos manteríamos vigilantes e asseguraríamos o apuramento de responsabilidades. Os etíopes confiaram em nós e votaram em massa e de forma ordeira.

Contudo, quando a população se manifestou pacificamente contra a fraude eleitoral, as forças governamentais recorreram à repressão por meios brutais. Nos massacres perpetrados em Junho e Novembro, centenas de pessoas perderam a vida e milhares de outras ficaram feridas ou foram presas, entre as quais os dirigentes que haviam alertado a UE. Estes encontram-se entre os 38 presos políticos declarados culpados no passado dia 11 de Junho, numa farsa de um julgamento em que nem sequer puderam apresentar defesa. A leitura das sentenças terá lugar no próximo mês e comportará, possivelmente, a pena de morte contra alguns dos mais representativos, distintos e corajosos dirigentes da Etiópia - membros eleitos do Parlamento, activistas dos direitos humanos, jornalistas, activistas em prol do desenvolvimento, professores e outros prisioneiros de consciência. Um deles é o Professor Mesfin Woldemariam, de 77 anos de idade, honroso fundador do Conselho dos Direitos Humanos da Etiópia. A União Europeia é o principal doador de ajuda à Etiópia. Vi, com os meus próprios olhos, a diferença que ali pode fazer e que poderá fazer novamente se a Comissão, o Conselho e os Estados-Membros deixarem de fazer vista grossa em relação a esta situação.

Terão de actuar quanto antes, exigindo ao Governo etíope que assuma as responsabilidades em matéria de respeito dos direitos do Homem a que se comprometeu com a assinatura do Acordo de Cotonu, exigindo a responsabilização pessoal do Primeiro-Ministro Meles Zenawi e exercendo pressão para que aqueles prisioneiros sejam libertados imediata e incondicionalmente. Terão de seguir as recomendações emitidas por este Parlamento em diversas resoluções, incluindo a que hoje iremos aprovar, no sentido de deixarmos de descurar as nossas obrigações para com a população etíope, impedirmos que o compromisso da Europa com o desenvolvimento em África caia no descrédito, e deixarmos de trair os nossos valores fundamentais de democracia e defesa dos direitos humanos.